

Eminentes Desembargadores do trabalho que integram esta Corte.

Senhor Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho.

Senhora Desembargadora Célia Regina, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Senhora Desembargadora Luzia Nadja, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral,

Senhor Prefeito de Belém Edmilson Rodrigues,

Caríssimo Procurador do trabalho, Dr Loris Rocha Pereira.

Senhor advogado, Presidente da Ordem dos advogados do brasil, seção Pará, Eduardo Imbirimba.

Autoridades presentes, ou representadas, a quem, ao final, nominarei expressamente.

Senhoras e Senhores.

Prometo que serei breve, pois penso ser conveniente que manifestações, em solenidades como esta, sejam rápidas, porém sem que sejam vazias, e, sobretudo, sejam diretas, claras, para que, ao final, sejam compreendidas por todas e todos.

Num primeiro momento cheguei a me autoquestionar se falaria mais como cidadão ou como juiz, porém cheguei a conclusão, exatamente pela impossibilidade de separar uma condição da outra, que o melhor seria adotar a estratégia de me deixar levar pelos meus mais puros sentimentos e compartilhar com vocês propostas, mas sempre, como uma espécie de mantra pessoal, a esperança de que dias melhores estão por vir.

Assim, não poderia, dentro da expectativa de

termos um horizonte mais otimista, deixar de falar sobre fato que reputo de extrema importância para nosso país, que, certamente, os livros de história se encarregarão de mostrar mais adiante, que foi a eleição do último dia 30 de outubro de 2022.

Primeiro, fora de qualquer cogitação questionar o resultado da legítima escolha da maioria do povo brasileiro, pois além de ter absoluta confiança em todo o processo eleitoral, confesso que fui um dos que escolheu esse caminho, pois absolutamente convencido de que um resultado diferente mudaria tudo aquilo no que acredito seja como cidadão ou como juiz, sem aqui, até porque não me cabe fazer esse tipo de avaliação, criticar os que trilharam a outra via.

Tinha, confesso, muita apreensão com o que poderia acontecer se o resultado fosse outro, e aqui falo mais como cidadão, uma vez que alguns dos sentimentos mais reprováveis foi ganhando dimensão a ponto de, diariamente, termos sinais eloquentes de que a democracia brasileira corria sério risco de estrangulamento.

Eram frequentes outros sinais de intolerância, de se cultivar conduta e/ou manifestação sem respeitar a diversidade, marca indissociável desta nação.

Tenho, também, convicção de que o resultado do pleito eleitoral deve suscitar em cada um de nós a necessidade de resgatar os melhores e mais verdadeiros sentimentos de um país, com respeito às instituições e, sobretudo, para termos um lugar melhor para se viver, com menos desigualdade, ou como orienta nossa carta magna, para que consigamos construir uma sociedade livre, justa e solidária.

A esperança de que o resultado da eleição pudesse superar o medo também preocupava, e muito, o juiz, até porque a relação do Poder Executivo com o Judiciário era, para dizer o mínimo, conflituosa, onde, não raro, sugeria-se o descumprimento de decisões judiciais, inclusive de nossa Corte Suprema e, como não poderia ser diferente, me atormentava a possibilidade de termos uma decisão nossa ignorada, desprezada, desprestigiada.

O que me acalentava era a certeza de que contamos com magistrados corajosos, atuantes, firmes em sua convicções, atentos as suas responsabilidades, o que me deixa muito tranquilo de que podemos avançar na nossa missão institucional, convencido de que poderei contar com o apoio de todas as juízas e juizes.

Não tenho, também, dúvida alguma de que o resultado da eleição propiciará campo mais fértil para que possamos, coletivamente, rediscutir o processo, aliás, visível, ao meu sentir, de desconstrução do direito do trabalho, que acaba por fulminar todos os princípios que o consagraram como um importante segmento da ciência do direito, em especial o princípio da proteção da pessoa mais vulnerável da relação de trabalho.

Acredito, dentro dessa visão de futuro, ser importante criticar, o que pode e deve ser feito, dentro dos mais elevados princípios republicanos, a atuação de nossa Corte Maior como participante ativo desse processo de desconstrução (do direito do trabalho), que, por certo, atinge a própria Justiça do Trabalho.

Posso citar alguns bons exemplos do que estou

falando, mais irei me ater a apenas um deles, a decisão que autorizou a terceirização de qualquer atividade do empreendimento, o que fez ruir toda a construção jurisprudencial sedimentada há muito tempo pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Não desconheço, por certo, que a globalização impôs aos empreendedores um grau feroz de competição no mercado, mas estou convencido de que essa exigência não pode, e nem deve, ser cumprida com a precarização do direito de trabalhadoras e trabalhadores.

Grijalbo Coutinho, meu colega de concurso, mas que optou em permanecer a serviço da 10^a Região (Brasília), atualmente Desembargador do trabalho daquela Corte, bem escreveu sobre o tema, aliás, o título de seu livro, tese de sua dissertação de doutoramento em direito, nos mostra a realidade do tema, "a máquina de moer gente trabalhadora".

Para melhor ilustrar, sempre tive muita dificuldade, como juiz, de legitimar que uma empresa de transporte de cargas/pessoas, por exemplo, pudesse terceirizar a contratação de motoristas, sobretudo porque não tenho a menor dúvida de afirmar que esse tipo de contratação, a par de violar a CLT e a Constituição Federal, pois, ao fim, possibilita negar a concretização de vários dos direitos fundamentais/sociais por ela própria reconhecidos, autoriza clara precarização dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores, já que permite, por exemplo, a substituição de um empregado, com uma série de conquistas adquiridas, por outro, em consequência, legitimando que o tomador do serviço pague salário inferior ao que pagaria caso mantivesse seus

próprios empregados.

Por outro lado, urgente, ao meu sentir, a necessidade de enfrentar questão relacionada às trabalhadoras e trabalhadores das chamadas plataformas digitais, pois indispensável conferir algum tipo de proteção a eles, mesmo que, ao final, se chegue a conclusão de que essa trabalhadora, esse trabalhador, não seja empregado, posição, confesso, que não compartilho.

Poderia, aqui, tratar de outros temas tormentosos, mas me limitarei a apenas esses, todavia absolutamente consciente de que nossa lei maior bem nos orienta quando menciona que os direitos de trabalhadoras e trabalhadores devem, sempre, ter uma destinação, a melhoria de sua condição social, o que, sem dúvida alguma, não se conseguirá desprotegendo aquela, aquele, que precisa de proteção.

Acrescento, por ser oportuno, estar absolutamente alinhado com os mesmos ideais da atual administração do TST/CSJT de inserir a Justiça do Trabalho, pelo protagonismo de sua atuação, em qualquer debate destinado a promover ambiente de trabalho livre de qualquer intolerância e/ou de discriminação, promovendo políticas que realcem a equidade racial e a identidade de gênero.

Estou convencido de que nós, que fazemos o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, devemos nos integrar a esses propósitos, levando nossa expertise para cada um dos pontos dos Estados do Pará e Amapá, inclusive para mostrar o que fazemos, como fazemos e porque fazemos, enfim, criar um canal de comunicação direto com a sociedade, até para termos um melhor diagnóstico da

nossa atuação institucional.

Para isso, indispensável contar com apoio dos outros dois segmentos do sistema de Justiça, o Ministério Público do Trabalho e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Temos muito, e aqui me dirijo diretamente aos representantes das duas instituições, a fazer e já os convido para, coletivamente, seguirmos nessa linha.

Tive a oportunidade, por outro lado, de, aquando do convite que fiz para que Vossa Excelência, Governador Helder, a quem, de modo muito especial agradeço a presença, iniciarmos tratativas para estabelecermos parceria institucional com o intuito de melhorar a prestação do nosso serviço.

Outra importante missão a resgatar, o que já começou a ser feito, aliás, de forma absolutamente elogiável pela eminente Desembargadora do trabalho que me antecedeu, é a de valorização dos nossos servidores, aliás, penso ser oportuno o momento de fazer breve relato sobre a atuação de Vossa Excelência, Desembargadora Graziela Colares.

Sua gestão teve a importante missão de retornarmos, como Corte de Justiça, aos nossos melhores momentos, o que, sem dúvida alguma, Vossa Excelência conseguiu e com muito êxito.

Pode, Desembargadora Graziela, ter a certeza de que Vossa Excelência fará jus à aposição de sua foto na Galeria de Presidentes desta Casa.

Não por outro motivo, pela condução de Vossa Excelência e com a indispensável contribuição de todas as magistradas, magistrados, servidoras e servidores, obtivemos, pela sétima vez consecutiva, o Selo Ouro de

qualidade conferido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Tenho a convicção de que todos juntos, magistradas, magistrados, servidoras e servidores, devemos reforçar o sentimento de que o Tribunal somos um só corpo, pois um sem o outro pouco ou nada pode fazer.

Sei que estou diante de enorme desafio, aliás, o maior de toda a minha vida profissional, mas me conforta saber que, por certo, terei o apoio de meus pares, a quem agradeço a enorme confiança em mim depositada, e consciente de que não poderia, para enfrentar esta árdua missão, estar em melhor companhia que não a das Desembargadoras Ida Selene e Maria Zuíla, empossadas como vice-Presidente e Corregedora Regional.

Cabe, aliás, destacar a atuação dessas duas colegas e amigas, moldada, tenho certeza, pela experiência de vida que cada uma delas teve e ainda tem.

O que dizer da incomparável sensibilidade social da Amiga Desembargadora Ida Selene ? Que inveja, no bom sentido, de tudo que V Exa amou ao longo de sua trajetória.

E sobre o trabalho, digno dos maiores e melhores elogios, que a amiga Desembargadora Maria Zuíla desenvolve a frente do nosso programa de combate ao trabalho infantil ? Temos a sorte, me perdoe amiga de assim me expressar, de contar com voce nesse projeto, de alguém com legítimo poder de fala.

Tenho muito orgulho de dividir com voces duas a administração do Tribunal.

Caminhando para o final, não posso deixar de registrar a importância que nossas famílias tem em nossas vidas.

Família, não só aquela ideologizada por alguns, mas a família de cada um de nós, seja ela qual for, é quem sempre estará do nosso lado, pois é com ela, a família, que dividimos nossas angústias, dores, alegrias.

Tive/tenho a sorte de ter o bom exemplo de meu pai, José Alberto, de minha mãe, Dolores, de meus irmãos, Sandra, Marcio, Sonia e Sidney, todos aqui presentes.

Muito obrigado por vocês estarem aqui compartilhando esse momento comigo

Compartilho do mesmo sentimento com meus filhos do coração, Alberto e Letícia, que me proporcionam reaprender, com imensa alegria, lições de período muito especial de minha vida.

Minha esposa Marlise, companheira, amiga, confidente de todas as horas. Caminhar do seu lado deixa minha vida muito mais serena.

Minhas filhas, Lia e Lais, meus dois imensos faróis que me iluminam, destinatárias permanentes do meu amor incondicional.

Agradeço, imensamente, o amor, o carinho e a compreensão de todos vocês, mas, sobretudo, todos os ensinamentos que tive, que tenho e que me fazem tentar ser uma pessoa "melhor".

Sintam-se, todos os nossos familiares, meus e das desembargadoras Ida Selene Braga e Maria Zuila Dutra, estes ainda que não nominados, homenageados, pois sem vocês, tenho absoluta convicção, de que não teríamos chegado até aqui.

Serão, sem dúvida alguma, 2 anos de muito trabalho, mas quero, ao final dessa jornada, olhar para trás e levar comigo a sensação do dever cumprido.

Muito obrigado.